



Nº 29 - NOVEMBRO 2021

REVISTA

RECONEXÃO PERIFÉRIAS

RODA DE SAMBA NO QUILOMBO DO QUINGOMA, TERRITÓRIO QUE ATUALMENTE VIVENÇA A LUTA PELA SOBREVIVÊNCIA - LAURO DE FREITAS/BA. FOTO: ADRIELE DO CARMO



Pelo direito da população negra a viver com dignidade



**Gil, imortal, fala sobre a busca por
uma nova modernização**

AGENDA DE LUTAS NOVEMBRO DE 2021

Luta antirracista: pelo direito da população negra à vida com dignidade

Para o conjunto dos movimentos sociais e populares, novembro é um mês dedicado às denúncias e ações em torno do Dia da Consciência Negra (20 de novembro). Assim, nesta edição da **Revista Reconexão Periferias** propomos refletir sobre o tema, olhando para a história, o atual cenário e os desafios futuros.

Em todo o mundo, a pandemia de Covid-19 tem sido um desafio para a sobrevivência de milhões de pessoas. No Brasil, seus efeitos foram ainda maiores devido a dois fatores determinantes: o negacionismo genocida do presidente Bolsonaro e a nossa desigualdade social, aprofundada por uma política econômica neoliberal, que resulta em alta dos preços de itens essenciais, cortes de investimentos públicos, desemprego e informalidade em massa. E, como

sabemos, essa desigualdade social tem cor e expressa o racismo histórico e estrutural de nossa sociedade. Assim, a população negra é mais impactada direta e indiretamente por essas políticas.

O genocídio da população negra no Brasil segue como realidade, seja pela ação de diferentes níveis de governo, com polícias e todo um sistema jurídico com práticas violentas e racistas, seja pela omissão destes mesmos governos em construir e consolidar políticas públicas capazes de questionar e transformar essa situação.

Mas, se de um lado há a perpetuação de práticas racistas e de criminalização da população negra, de outro há muita luta e resistência. Organizados em coletivos, movimentos sociais, associações de bairros, grupos de comunidades, os negros e negras

mostram a importância do fortalecimento coletivo para a luta antirracista.

Respeitando e honrando o legado histórico daqueles e daquelas que tanto lutaram por uma sociedade livre de racismo, vivemos hoje com uma nova geração de lutadores negros e negras, periféricos, urbanos e rurais, que têm conseguido denunciar o racismo e pautar a importância de política públicas antirracistas e também a importância de que os espaços de poder reflitam a real composição racial de nosso país.

Para tratar de um aspecto que evidencia a complexidade do tema em pauta nesta edição, Juliana Borges, consultora da área de violência do Projeto Reconexão Periferias, apresenta em artigo o necessário debate sobre abolicionismo penal. Colocando este

PROJETO RECONEXÃO PERIFERIAS ■ **DIRETOR RESPONSÁVEL** ARTUR HENRIQUE DA SILVA SANTOS ■ **COORDENADOR DO PROJETO** PAULO CÉSAR RAMOS ■ **EQUIPE** ISAÍAS DALLE, JAQUELINE LIMA SANTOS, JULIANA BORGES, LÉA MARQUES, MATHEUS TANCREDO TOLEDO, SOFIA TOLEDO, VICTORIA LUSTOSA BRAGA, VILMA BOKANY ■ **COLABORADORES** SOLANGE GONÇALVES LUCIANO, THIAGO SILVEIRA, WEBER LOPES GÓES ■ **EDIÇÃO** LÉA MARQUES E ROSE SILVA ■ **REVISÃO** ROSE SILVA ■ **PRODUÇÃO EDITORIAL** CAMILA ROMA ■ **PROJETO GRÁFICO** CACO BISOL ■ **DIRETORIA EXECUTIVA DA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO** ALOIZIO MERCADANTE (PRESIDENTE), VÍVIAN FARIAS (VICE-PRESIDENTA), DIRETORES: ALBERTO CANTALICE, ARTUR HENRIQUE, CARLOS HENRIQUE ÁRABE, ELEN COUTINHO, JÉSSICA ITALOEMA, JORGE BITTAR E LUIZ CAETANO

como uma proposta para repensarmos os limites, as problemáticas e violências geradas e reproduzidas pelo sistema penal; e apontando perspectivas radicais baseadas em uma sociedade de não-violência e solidariedade.

Na seção “Quando novos atores entram em cena”, apresentamos Renato Freitas, 37 anos, vindo da periferia, vereador pelo PT e o mais votado de toda cidade de Curitiba em 2020. Renato afirma a importância de manter seu compromisso com a periferia, por compreender a responsabilidade histórica que ele representa como vereador na Câmara Municipal. O parlamentar destaca ainda a importância de não naturalizar as injustiças, as desigualdades, e que, ao reconhecer o que não está correto, cada um e cada uma assumam a sua responsabilidade em transformar essa situação.

Adriele do Carmo, redatora na Iniciativa Negra por Uma Nova Política sobre Drogas, afirma em seu artigo que o genocídio da população negra se dá não somente na morte física, mas também no

apagamento simbólico e na visibilidade negativa de pessoas, espaços e narrativas negras. Assim, a autora apresenta uma reflexão acerca da criminalização da cultura negra, abordando a relação do Estado brasileiro com territórios negros e as desigualdades enfrentadas por eles no acesso à recursos públicos de cultura.

O multimúsico Gilberto Gil, eleito em novembro o mais novo imortal da Academia Brasileira de Letras (ABL), ambientalista de longa data, ex-vereador da cidade de Salvador, ex-ministro da Cultura no governo Lula e inspiração artística, poética e também política de várias gerações, participou dos Seminários Cultura e Democracia. Em texto escrito especialmente para o encontro, Gil falou de possibilidades e necessidades de futuro.

Paulo Ramos, coordenador do Projeto Reconexão Periferias, escreve sobre racismo policial, no contexto de pouco mais de um ano do movimento Black Lives Matter, frisando a importância de que não se pode falar de violência policial e de segurança

pública sem considerar o passado e o presente de discriminação racial no mundo. Afirma ainda que para mudar a realidade é preciso dar um basta à normalização da quantidade cotidiana de mortes da população negra.

Esta edição apresenta o perfil do coletivo Mães de Maio, uma rede de mães, familiares e amigos(as) de vítimas da violência do Estado, formado em São Paulo, sobretudo na capital e na Baixada Santista. Elas desenvolvem uma série de atividades de acolhimento e solidariedade entre familiares e amigos de vítimas do Estado; denunciam casos de violência e a situação de investigações e processos; participam de debates, seminários, encontros, conferências; e organizam atividades de luta, como protestos, marchas e vigílias.

Esperamos que a Revista deste mês possa contribuir para a reflexão sobre a luta antirracista, mas mais do que isso, que ela possa contribuir para impulsionar ações concretas nessa perspectiva.

Boa leitura! ■

Alternativas ao punitivismo são possíveis?

JULIANA BORGES

JULIANA BORGES É CONSULTORA DA ÁREA DE VIOLÊNCIA, DO PROJETO RECONEXÃO PERIFÉRIAS. ESCRITORA, ESTUDA POLÍTICA CRIMINAL E RELAÇÕES RACIAIS. É CONSELHEIRA DA INICIATIVA NEGRA POR UMA NOVA POLÍTICA SOBRE DROGAS E DA PLATAFORMA BRASILEIRA DE POLÍTICA DE DROGAS. AUTORA DOS LIVROS: “ENCARCERAMENTO EM MASSA” (JANDAÍRA, 2019) E “PRISÕES: ESPELHOS DE NÓS” (TODAVIA, 2020).

Nos últimos anos, vimos ampliar a discussão sobre uma “Política Criminal Alternativa”, mas sobretudo em relação ao Abolicionismo Penal, principalmente entre ativistas negros e que vislumbram estratégias radicais para a transformação da sociedade. Mas ainda enfrentamos, na esquerda, questionamentos em relação às possibilidades reais para o abolicionismo penal. Em geral, quando ouvimos isso de socialistas, a resposta vem afiada: ora, o fato de não ser possível viver em uma sociedade socialista hoje não faz com que você desista do socialismo como objetivo, certo? Muitas vezes, somos chamados de utópicos, pelo simples fato de pensarmos sociedades baseadas em solidariedade, coletividade, garantia de direitos, nos princípios da equidade, da justiça social e da liberdade. Afinal, o abolicionismo penal, em resumo muito rápido, tem essa perspectiva.



FOTO: ACERVO PESSOAL

Muitos são os diagnósticos sobre a Justiça Criminal, as comparativas entre os perfis dos que julgam e o perfil dos que são julgados. Em geral, as discussões caminham para uma pergunta fatídica: mas o que fazer?

Em primeiro lugar, é importante falar do abolicionismo penal de modo plural e diverso. Se trata de um movimento, com diversas vertentes teórico-filosóficas que convergem na defesa da descri-

minalização de conflitos e atos problemáticos e no fim do sistema penal. Mas por que pensar de modo tão radical sobre o sistema penal? Sugiro reformular a pergunta: por que é tão importante punir?

A Política Criminal é fruto de processos sociais, políticos e econômicos. Conforme versa Eugênio Raul Zaffaroni, juiz da Corte Interamericana de Direitos Humanos, a política criminal é composta por um “conjunto de princípios políticos” organizados para “selecionar bens jurídicos que serão tutelados de forma penal e quais os caminhos e procedimentos para o exercício dessa tutela”. Desse modo, parece algo absolutamente tranquilo e aceitável. Mas tomemos como premissa as formulações de outro importante jurista latino-americano, professor de Direito Penal da Universidade de Buenos Aires, Alberto Binder, ao apontar que a violência que o Estado necessita para se impor tem como consequência uma política criminal. Ou seja, “a violência de Estado é o núcleo fático do poder punitivo”. A criminalização, portanto, de grupos que serão submetidos a coação e imposição de pena, é uma ação de seleção, ditada pelos interesses de grupos dominantes. Portanto,

o que será ou não considerado “crime” é fruto, também, de uma escolha política para atender interesses e manter privilégios e desigualdades.

Um teórico importante dessa perspectiva é o sociólogo Nils Christie que é taxativo: o crime é um “fenômeno criado pelos homens”. Portanto, estamos falando de uma ideia funcional, que se modula nas sociedades; de um conceito em aberto. Atos não são, mas se tornam. Nessa profusão de processos culturais, sociais, simbólicos e econômicos – já que a punição, focada principalmente na garantia e proteção da propriedade, e não de pessoas, é um fato. Para isso, basta olhar os dados sobre os atos problemáticos que serão mais punidos, como tráfico e furto/roubo, ao passo que a apuração e resolução de homicídios segue em baixa, demonstrando que a defesa da vida não é a prioridade da ação penal do Estado – o que vemos são instituições e aparatos sendo criados e ampliados para atender uma política

que tem por objetivo: controlar os considerados indesejados e descartáveis. E são muitas: a própria justiça penal, as prisões e as políticas para sua expansão e, até mesmo, a polícia, que, não sendo parte do sistema penal, é um braço fundamental em seu vínculo com a política criminal.

Ora, se constatamos que a política criminal é consequência da violência do Estado, que o discurso da punição se transforma em gramática hegemônica em vez da garantia de direitos – portanto, estamos falando do equívoco na ideia de que é o combate ao “crime” que garantirá nosso bem-estar – por que ainda lidamos com uma esquerda receosa de enfrentar verdadeiramente essa discussão e propor modelos alternativos para a mediação de conflitos? Se o objetivo da pena e da penitenciária é infligir dor, como podemos comungar de ideários punitivistas, que se opõem totalmente às ideias de igualdade e dignidade propagadas e defendidas pela esquerda? Qual o

sentido em defender modelos baseados na ideia de retribuição da violência?

É importante pontuar: o abolicionismo penal não é um movimento pela não responsabilização, nem concordância com atos problemáticos. Mas um movimento que se posiciona contrariamente ao poder penal e como estamos, ainda hoje, lidando com condutas que consideramos prejudiciais a indivíduos e à sociedade. Mas mais do que isso: o abolicionismo penal promove o questionamento à hiperpenalização de condutas, abrindo espaço para que vislumbremos controles mais informais, administrativos e civis; uma justiça horizontal, comunitária e com envolvimento local; em que haja envolvimento das comunidades nas resoluções dos conflitos e na promoção da segurança coletiva; em que os processos reconciliatórios e a reparação e o bem-estar da vítima seja o foco e não a conduta em si, ou insistimos no viés retributivo e penalizante. O abo-

licionismo penal propõe um deslocamento às nossas contradições, não se prende a visões reformistas e deterministas, muito menos fatalistas; aponta os limites, as problemáticas e violências geradas e reproduzidas pelo sistema penal; e aponta perspectivas radicais baseadas em uma sociedade de não-violência e solidariedade.

Já houve, e ainda há, os que afirmam que é impossível construir uma sociedade com distribuição de renda e poder, que seria impossível garantir direitos e dignidade. Somos da parcela que se opõe a isso e constrói, em diversos meios e caminhos, processos e propostas que combatem desigualdades. A grande questão é se nos consideramos satisfeitos em apenas diminuir desigualdades ou se queremos mais e buscamos por fim às desigualdades. O abolicionismo penal, em sua diversidade e riqueza formativa, se coloca essas questões: basta uma alternativa que acabe amplificando uma gramática punitiva ou queremos o

fim da ideia e necessidade de infligir dor ao outro e reproduzir violências? As consequências da moderação em determinadas temáticas têm se provado, historicamente, uma armadilha às gerações futuras. Talvez, já seja a hora de rompermos com medos, presos, veja a ironia, em velhas e moribundas (in)soluções. ■

Quando novos atores entram em cena*

RENATO FREITAS, VEREADOR NA CIDADE DE CURITIBA (PR)



FOTO: DIVULGAÇÃO

Renato Freitas foi eleito Vereador de Curitiba com mais de 5 mil votos nas eleições de 2020. Tem 37 anos, é advogado, mestre em Direito Penal, Criminologia e Sociologia da Violência pela Universidade Federal do Paraná. Já trabalhou na Defensoria Pública do Estado e atuou como professor universitário e advogado popular. Na Câmara Municipal de Curitiba, trabalha para ser a voz das periferias da cidade. Tem se dedicado principalmente a pautas relacionadas à Segurança Pública, Emprego e Renda, Moradia, Educação e Cultura.

Com 5.097 votos, Renato Freitas foi o 16º candidato a vereador mais votado de Curitiba em 2020. Essa

foi a terceira eleição que ele disputou, a segunda concorrendo ao cargo de vereador. Em 2018,

ele disputou uma vaga na Assembleia Legislativa do Paraná pelo PT, quando obteve mais de 15 mil votos.

Quais seus planos para o mandato?

A gente tem muitas planos. Entramos cheios de sonhos, porque a maioria dos nossos projetos de atuação são de muitos lugares. Viemos de uma periferia muito pobre da cidade, sou e fui morador a maior parte do tempo da região metropolitana de Curitiba, abandonei a escola muito cedo, então, infelizmente, fui alvo de violência policial muitas vezes. O subemprego, a moradia precária, o tratamento de subcidadania por parte do Estado a partir da ação da polícia, o racismo, a discriminação, tudo isso deu orientações e as coordenadas para a gente saber a nossa direção na Câmara.

Então, nossos planos nesse momento são aprovar o nosso projeto de câmara corporal na Guarda Municipal e também nas

viaturas para que se faça um controle mais eficaz e eficiente da atuação policial. Com isso, a gente poupa as nossas vidas, a nossa dignidade, o nosso exercício de cidadania, porque a violência em Curitiba é muito forte. Outro projeto nosso é o de renda solidária. A pobreza aumentou no mesmo nível que aumentaram as grandes fortunas, foram criados aí muitos novos bilionários no Brasil e na América Latina durante o período da pandemia, milhões de pessoas estão sem ter o que comer, em situação de insegurança alimentar. Por isso fizemos um projeto de renda solidária de 250 reais por mês para cada família no cadastro único do governo. É um terceiro projeto que está tramitando é o de passe livre de internet para os estudantes de baixa renda. Porque as escolas fecharam e muitos não puderam acompanhar as aulas por não terem internet em casa.

Entre esses planos, qual a principal prioridade, qual considera a demanda mais urgente?

Nesse cenário é conseguir garantir moradia digna para a população mais pobre, nas ocupações, nas áreas irregulares, nas áreas periféricas. Com certeza, no nosso entendimento, é a pauta central. Inclusive minha mãe e eu moramos de aluguel até hoje, a vida toda. Porque a maioria dos trabalhadores pobres que ganham até três salários mínimos compromete cerca de setenta por cento da renda para ter um teto, e ainda é obrigada a passar o frio do vento, da chuva, e isso coloca as pessoas numa missão desumana. Daí você é obrigado a fazer tudo que o patrão manda, a dar mais do que a sua subordinação do trabalho, e infelizmente a ser subserviente, abaixar a cabeça para absolutamente tudo porque tem uma criança em casa que não pode viver como um animal jogado no meio da rua. Eu acho que se a gente libertar as pessoas dessa escravidão do aluguel talvez consiga resgatar uma possibilidade de conscientização para

que as pessoas reflitam, porque elas não têm tempo de refletir, estão sempre correndo atrás do prejuízo.

Por que você decidiu ser parlamentar? Como iniciou sua atividade política?

Foi por acidente. Eu na verdade entrei na universidade meio que na sorte, eu era pacoteiro do mercado, fui um jovem infrator, vivia uma realidade de muita proximidade com o sistema penitencial e meu pai ficou um tempo preso antes de morrer. Muitos dos meus amigos foram presos e outros mortos na Vila onde eu morava, em Piraquara, ao lado do complexo penitenciário, onde havia muitos familiares de presos e também e era uma área de ocupação, na beira da valeta do córrego. Uma área em que a infelizmente a criminalização da pobreza atuava muito forte o Estado só aparecia a partir do processo de finalização. E aí, muita gente perdeu a vida, a liberdade. Eu trabalhava como repositor, balconista em sorveteria, fui mandado embora e

peguei o seguro desemprego. Então voltei a estudar, fiz um cursinho para entrar no curso de Ciências Sociais e isso mudou minha vida, o curso me mostrou o que é a ideologia. O rap já mostrava isso, foi meu primeiro professor, mas no curso deram mais certeza e explicaram que a gente não é culpado. Porque os ricos têm um mérito, segundo eles, de serem ricos. Ou seja, brilhantismo, inteligência. Já esforço e criatividade são para os pobres. Eu estou lado de quem não tem mérito algum. Isso é vendido na periferias, que somos culpados da nossa própria miséria, das nossas condições de existência, das privações, o que gera uma revolta muito grande em um jovem, uma criança que acabou de nascer e já se viu colocada com essa sentença de pobreza. O curso tirou esse piano da minhas costas. Quando a gente vive numa sociedade dividida por um conflito de classes, neocolonialista de dominação racial, patriarcal, de dominação de gênero, isso gera exclusões, opressões, explorações. Por isso o sistema precisa

de gente muito pobre, para que tenha gente muito rica.

Consegui me filiar ao PT, inclusive compreender o partido. A galera com quem eu estava no PT saiu, e daí fui para o Psol com quem rompei no meu primeiro ano de faculdade. Fiz um ano só de faculdade, tinha que trabalhar, e entrei de novo na universidade, no curso de Direito, a partir das cotas raciais e estudei um monte, pois sabia que era aquilo que eu queria. E por acidente, um dia, alguém do Psol, que é um partido mais universitário, disse: “vou me candidatar e se tudo der certo vai ter mais cinco pessoas que vão fazer uns mil votos. Então, se você quiser ajudar”. Como eu já trabalhava de graça nas campanhas me candidatei. Só que daí eu saí do Psol, porque infelizmente não acreditavam muito em mim, e voltei para o PT.

Qual segmento social você acredita que vai apoiá-lo no mandato?

Um dos setores que mais se abriram foi o MST, estamos aqui em uma ação

conjunta, o movimento popular por moradia, os movimentos de associações comunitárias, de moradores de periferia, de bairros de ocupação, porque a nossa a gente tem centralidade na moradia e acha que sem reforma agrária e urbana não existe igualdade possível.

Em comparação com os parlamentares mais experientes, que novidade você quer apresentar na sua forma de trabalho?

Hoje estamos aqui Associação dos Moradores e Amigos da Vila Formosa, um complexo de ocupações irregulares, onde, com muita luta, a partir do governo petista, conseguimos regularizar a maior parte da área. Confio nas lideranças comunitárias que já não precisam mais ser intensamente direcionadas, elas andam com suas pernas porque têm sua própria visão de mundo, que é de fortalecer a luta. Então, o nosso mandato é de fora para dentro. A gente não faz alianças dentro da Câmara dos Vereadores porque é o jogo do toma-lá-dá-cá, é uma chanta-

gem, uma extorsão, uma conveniência com a corrupção do espírito e somos absolutamente contra isso. A gente entrou para ser diferente, então, quando eles ameaçaram caçar o nosso mandato, por exemplo, a gente não foi fazer alianças lá dentro. Pegamos dois três ônibus aqui das quebradas com as pessoas que nos apoiam e colocamos e na segunda-feira de manhã lá. E fizemos a sessão da Câmara do lado de fora, demos uma mensagem para eles. Quando a gente quiser aprovar nosso projeto faremos a mesma coisa, a gente não liga em estar isolado. Esse é o mantra da política velha da esquerda, com todo respeito. Nós somos o poder e nós somos a maioria, de que vale estar integrados entre eles e distantes da comunidade? Essa é a pergunta que infelizmente a política velha não consegue responder.

Como é ser um deputado originário das periferias em sua cidade?

É um compromisso que a gente tem. Um rap fala bem assim: pagar de gatinho não é nossa cara, nem pagar de cherokee,

porque havia uma propaganda da caminhonete que falava: “pegue a cherokee, pegue um caminho sem volta”. Nossa cara é muito menos sair para nunca mais voltar, o maior compromisso da periferia é saber que todo dia você vai, seja na universidade, seja na Câmara dos vereadores, a espaços que não foram reservados para nós. É muito fácil pular o muro e não voltar mais, porque lá a comida é melhor, as referências são maiores, o tapete está estendido e você pode se iludir, achar que você é especial, iluminado que por algum motivo. Mas na verdade a gente é a síntese de todas as pessoas, não só as que votaram, mas as que apoiaram e que acreditam na luta, principalmente a luta dos que morreram. Nossa ancestralidade, nosso passado e nossa tradição de resistência é a periferia, e eu sou muito feliz em ser um continuador dessa história.

O que você diria para os jovens que pensam em seguir carreira política?

Eu diria que embora ele não saiba há um líder

dentro dele, e esse líder está adormecido. Porque as injustiças caminham embaixo do sol do meio-dia na frente dos nossos olhos e a gente se acostumou porque sempre foi, sempre será, porque todos dizem, porque todo mundo abaixa a cabeça. O recado é: retome a principal característica da juventude, a principal característica das crianças, que é a capacidade de se espantar, de ao ver pela primeira vez não naturalizar. A gente tem de voltar a olhar com dúvida e se espantar com aquilo que evidentemente não está certo. Uma pessoa na rua cavando no lixo junto com os cachorros para procurar e garimpar o que comer não tem como estar certo, uma pessoa com sua família embaixo de uma ponte não tem como estar certo. Eu acho que essa capacidade de se espantar com a injustiça, a iniquidade, é isso que vai fazer a gente transformar esse mundo. E conhecer e acordar o líder que há dentro de cada um, pois quem conhece tem a responsabilidade de transformar, conhecer é poder.

A quem interessa a criminalização das expressões negras?

ADRIELE DO CARMO

O texto faz uma reflexão acerca da criminalização da cultura negra, abordando a relação do Estado brasileiro com territórios negros e as desigualdades enfrentadas por eles no acesso à recursos públicos de cultura.



ADRIELE DO CARMO FOTO: ARQUIVO PESSOAL

A desvalorização da cultura preta e periférica é parte de um projeto de nação que nega a cidadania negra. O genocídio da população negra não se dá somente na morte física, mas também no apagamento simbólico e na visibilidade negativa de pessoas, espaços e narrativas negras. O mês

da consciência negra é marcado por uma série de debates e denúncias a uma sociedade que há mais de cinco séculos é estruturada pelo racismo.

Historicamente, o Brasil utiliza o discurso proibicionista para justificar a perseguição à população negra. No código penal

de 1890, as elites republicanas brasileiras, almejando apagar a contribuição da herança africana no país, criminalizavam duas das principais expressões da cultura negra: a capoeira e os rituais religiosos.

Esta criminalização não se deu porque essas expressões causavam algum tipo de transtorno ou violência para a sociedade, mas sim porque, no contexto pós-abolição, negras e negros eram vistos pela sociedade como perigosos, vagabundos, desordeiros. A branquitude não aceitava que pessoas negras, que até então eram mão-de-obra escravizada, pudessem ter direito ao ócio, à religiosidade, à arte ou ao mínimo direito tido como exclusivo do privilégio branco. Depois de

ADRIELE DO CARMO É POETA, ESPECIALISTA EM COMUNICAÇÃO E DIVERSIDADES CULTURAIS PELA FACULDADE DOIS DE JULHO, PÓS-GRADUANDA EM POLÍTICAS E GESTÃO CULTURAL NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA (UFRB). REDATORA NA INICIATIVA NEGRA POR UMA NOVA POLÍTICA SOBRE DROGAS.



RODA DE SAMBA NO QUILOMBO DO QUINGOMA, TERRITÓRIO QUE ATUALMENTE VIVENÇA A LUTA PELA SOBREVIVÊNCIA - LAURO DE FREITAS/BA. FOTO: ADRIELE DO CARMO

131 anos e com base nos mesmos argumentos, mascarados pela dita guerra às drogas, esses discursos ainda são utilizados para justificar a criminalização e os abusos cometidos pelo braço armado do Estado em territórios negros.

O samba, o rap e, mais recentemente, a cultura do funk e do paredão, foram colocados sob os holofotes sensacionalistas e relacionados a uma narrativa de violência e crime. Em contraponto, as expressões culturais de origem branca são colocadas num pedestal, distribuídas como alta cultura.

Esta disparidade reflete diretamente na distribuição de recursos para cultura no território nacional, onde há

uma enorme desigualdade entre as regiões e grupos sociais. A exemplo, a Lei Rouanet, atual Lei de Incentivo à Cultura, que, segundo dados do estudo técnico Concentração dos Recursos Captados por meio da Lei Rouanet, lançado em 2018 pela Confederação Nacional de Municípios (CNM), concentrou 80% do total de recursos captados via incentivo fiscal, entre os anos de 1993 e 2018, na região Sudeste, principalmente nos municípios de São Paulo e Rio de Janeiro.

Esta desigualdade na distribuição dos recursos públicos para a cultura está tanto no âmbito federal quanto nas esferas estadual e municipal. Em todos os âmbitos há uma tendência

da concentração de investimentos em territórios urbanizados e majoritariamente habitados por pessoas brancas e ricas.

Em Salvador (BA), a maioria dos equipamentos públicos de cultura está concentrada nos bairros onde a porcentagem de moradores brancos é mais expressiva. Enquanto isso, na maioria dos territórios negros da capital baiana não há nenhum equipamento público de cultura para atender a população de conjuntos inteiros de bairros.

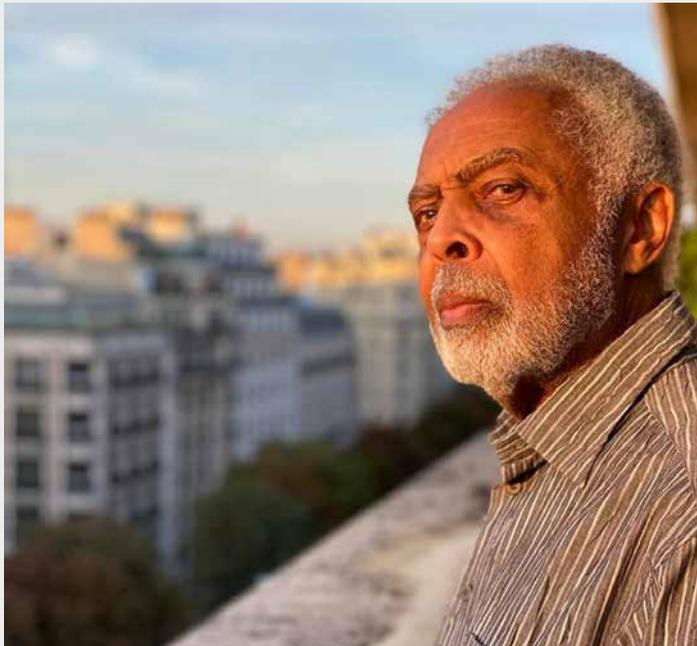
A desvalorização da cultura preta e periférica é parte de um projeto de nação que nega a cidadania negra. A quem a cultura e o lazer da periferia incomoda?

A criminalização das expressões e espaços negros interessa a uma branquitude que quer exterminar física e simbolicamente qualquer existência que não seja a sua própria. Entretanto, como nos diz Conceição Evaristo "Eles combinaram de nos matar, mas nós combinamos de não morrer." ■

Gil, imortal, fala sobre a busca por uma nova modernização

GILBERTO GIL

FOTO: DIVULGAÇÃO/FACEBOOK



O multimúsico Gilberto Gil, eleito em novembro o mais novo imortal da Academia Brasileira de Letras (ABL), ambientalista de longa data, ex-vereador da cidade de Salvador, ex-ministro da Cultura no governo Lula e inspiração artística, poética e também política de várias gerações, participou dos Seminários Cultura e Democracia, no encontro do dia 10 de novembro.

Os Seminários – assim mesmo, no plural – foram organizados pelas fundações Perseu Abramo e Friedrich Ebert e pelo Instituto Cultura e Democracia, para debater

o papel da cultura na luta pela retomada da participação e fruição democráticas em nosso país.

Em texto escrito especialmente para o encontro,

Gil falou de nossas possibilidades e necessidades de futuro.

Acompanhe:

“O Brasil é uma nação jovem se tomarmos como parâmetro os velhos países da Europa e da Ásia. Nesses países, a acumulação cultural e material tem se dado há séculos, há milênios. Aqui entre nós, essa acumulação é um processo em pleno desenvolvimento em estado fluente de formação. Não que naquelas nações antigas tenha cessado a acumulação completamente, mas que nelas se dá agora em ritmo mais lento, numa configuração menos nítida, em um processo mais previsível e controlável. Tem sido assim principalmente nos grandes países ex-coloniais ou neocoloniais como Inglaterra, França, Espanha, Alemanha, Itália, Rússia, nos escan-

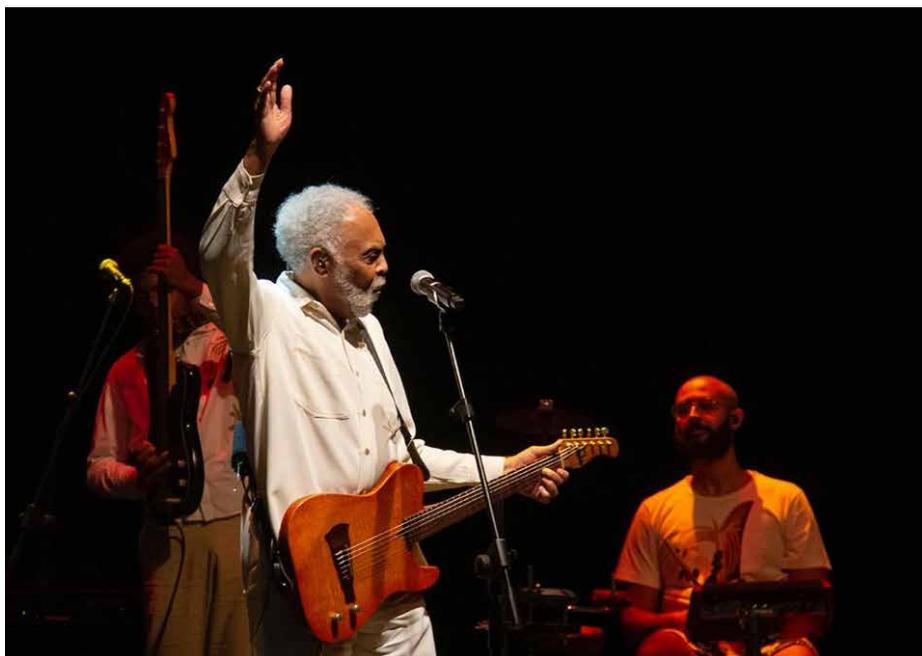


FOTO: DIVULGAÇÃO/FACEBOOK

dinavos e outros, onde a fricção entre a tradição e a modernidade se dá menos abrasivamente. A exceção é a China, onde uma verdadeira erupção vulcânica vem causando novas ondas de revolvimento e reacomodação de camadas civilizacionais por força de uma modernização abrangente e acelerada. Numa velha China em que o velho sonho de uma expansão mundial se renova, fazendo dela um caldeirão efervescente de propostas e provocações desafiadoras para o mundo, tornando-a o exemplo atual mais flagrante, eloquente e vibrante do empilhamento material e cultural

inédito e assustador.

No restante do Velho Mundo, a renovação se dá mais moderadamente. Essa renovação ganha contorno inauditos em terras adolescentes como o Brasil, em que tudo é ainda mais tenro, ainda por crescer, ainda por dar frutos. Temos uma tarefa imensa de construção. Todas as nossas matrizes são recentes e, embora já compelidos a adotar o curso das transmutações interativas da pós-modernidade, resiste-se aqui, ainda, a uma série de soluções de velhos problemas do mundo moderno.

Educação qualificada para todos, distribuição

equânime da riqueza, formação de uma classe média ampliada e estável, um projeto sustentável de apoio à ciência, a defesa intransigente e qualificada dos recursos naturais e humanos, a preservação de toda a herança dos povos originários e seus conhecimentos, a preservação da biodiversidade e seu potencial de contribuição à produção de tudo que diga respeito não só à saúde e ao bem-estar dos humanos, mas à salubridade do planeta e das espécies que garantem as condições da vida. Ou seja, a sustentação de tudo aquilo que é matéria-prima para novas compostagens e hibridações para o futuro.

Pode parecer soberba retórica ou lugar-comum conceitual dizer que aqui, entre nós, temos tudo por fazer. Desde preencher as lacunas deixadas por um passado perverso e negligente, até a dar os passos decididos rumo ao futuro que nos invade como um tsunami. Não podemos hesitar em assumir que ainda

temos tudo por fazer. Que ainda há muito mais por querer, quanto mais por propor, quanto mais ainda, por esperar. A fluidez se impõe como uma dimensão existencial entre nós. A diversidade é uma lente de aumento para a ampliação de nosso campo de visão. O destino aglutinador que reuniu aqui vários povos, várias religiões, várias sintaxes existenciais, vários modos de estar no mundo, é o nosso destino comum.

Pode parecer ingenuidade ou soberba assumir tamanha dimensão do comum, tamanha condensação do imenso viver, tamanha abrangência de um sonho nacional e transnacional, sem que isso possa parecer empáfia de um neofundamentalismo delirante, ou refluxo nauseante de um pesadelo nazifascista que já devíamos ter superado. Justo o contrário: o que aqui se quer, o que aqui se pode, e o que aqui se deve, é esticar ao máximo o elástico da vida ampla, da existência plena e extrair da maior liberdade

do pensar a maior equidade no saber.

O Brasil tem esboçado nas últimas décadas um arranjo de modernização conservadora. Essa expressão empregada por pensadores e políticos, como Mangabeira Unger e Ciro Gomes, e com variações semânticas por muitos outros intelectuais, toda a história sobre a reflexão e o pensamento sobre a formação brasileira pelos estudiosos da nossa sociedade nos informa sobre uma modernização insatisfatória, inicialmente fundada numa economia agrícola de base escravista, em seguida ancorada numa industrialização subordinada ao capitalismo exploratório das grandes potências europeias e aos Estados Unidos, e finalmente sujeita a flutuações incertas da globalização. E é o que temos. Um estatuto político conservador que atravessou a fase imperial, a era republicana e o advento de uma democracia regida por uma elite subalterna aos interesses neocoloniais, que chega hoje

ao impasse da imprecisão dos atuais tempos da chamada mundialização. Essa modernização conservadora, ainda que nos tenha proporcionado um certo avanço civilizacional razoável, está longe de satisfazer as nossas necessidades como povo e nação.

Esse arranjo conservador não corresponde às nossas próprias expectativas nem às expectativas do mundo vindouro, um mundo todo enleivado de incertezas e ameaças, que espera que cumpramos um papel que nos tem sido atribuído e de

Pode parecer soberba retórica ou lugar-comum conceitual dizer que aqui, entre nós, temos tudo por fazer. Desde preencher as lacunas deixadas por um passado perverso e negligente, até a dar os passos decididos rumo ao futuro que nos invade como um tsunami.

há muito anunciado: o papel de celeiro, de caixa d'água, de abrigo seguro para boa parte da humanidade. O nosso déficit nessa conta ainda é enorme, e esse arranjo conservador insuficiente teria que incorporar arrojo, audácia, ímpeto transformador visionário, revolucionário, evolucionário, que nos arremessem com mais empuxo rumo a céu aberto das transformações criadoras exigidas pela atualidade.

E o que resta ainda de pesadamente conservador nesse arranjo deve dar lugar a mais leveza e fluidez, que corresponda ao modo contemporâneo de viver, deixar viver, fazer viver. Um fluxo permanente de alternâncias, entre altos e baixos, que se complementem e se compensem para além da violência destruidora e paralisante. Um fluxo permanente entre carências e abundâncias, que se equivalham, não porque deixem de ser antípodas, opostas, mas porque se reconheçam interdependentes como a luz e a sombra. Um fluxo

permanente entre poder ter e poder renunciar, para escapar do espectro perigoso da acumulação esterilizante. Uma visão transmutada da economia e da indústria, em que a escassez não aniquile e a opulência não sufoque. Utopias em diálogo permanente com as distopias, essas tão apreciadas pelo pessimismo vigente. Tão facilitadas pelo consumo voluptuoso e desatento dos novos e fascinantes produtos técnicos, tão sedutores quanto ameaçadores.

Esse novo arranjo de uma modernização progressista implica dar e receber, em proporções equilibradas, seja entre os humanos entre si, entre

O nosso espectro sócio, político, econômico, existencial, deve refletir a pluralidade exigida pela nova modernidade emergente. O nosso tempo é mestiço, é diverso.

os humanos e a natureza originária, ou entre os humanos e o espírito dos mortos. O arranjo da modernização progressista deve buscar atingir o mais alto nível possível de compatibilização solidária entre os homens e a natureza transformada pelas máquinas, essas, nossas filhas diletas. O arranjo da modernização progressista requer que os humanos queiram ser melhores, saibam ser melhores, progredindo e avançando para estados mais além da modernidade conservadora.

O Brasil é, no mundo de hoje, um dos depositários dessa esperança. Nosso tom é mestiço. A nossa democracia deve ser mestiça, a igualdade deve ser mestiça, ou seja, as desigualdades, numa analogia com a refração da luz, devem ser apenas nuances surgidas no intercâmbio entre as cores do arco-íris vivencial, e não no encardimento definitivo do preto ou o desbotamento definitivo do branco nos extremos do espectro. O nosso espectro sócio, político,

econômico, existencial, deve refletir a pluralidade exigida pela nova modernidade emergente. O nosso tempo é mestiço, é diverso. A igualdade na diversidade deve ser o nosso lema, e a formação de uma sociedade plural, em todos os sentidos, deve ser o nosso compromisso.

Como traduzir toda essa visão de um otimismo novo para o plano da ação concreta? Esse é o desafio para a ciência, para a política, para a economia, para o empreendedorismo jovem, numa sociedade já tão decepcionada historicamente, já quase exaurida em seu ânimo para lutar. Atacada mais uma vez na atualidade pelo poder dos algoritmos sem paixão, a serviço daquilo que os analistas mais atentos e responsáveis, como Ronaldo Lemos, por exemplo, chamam de 'a grande ruptura'. O debate sobre os melhores caminhos a seguir, as melhores decisões a tomar nessa empreitada, conta hoje com as novas possibilidades oferecidas pelas formas de mobilização

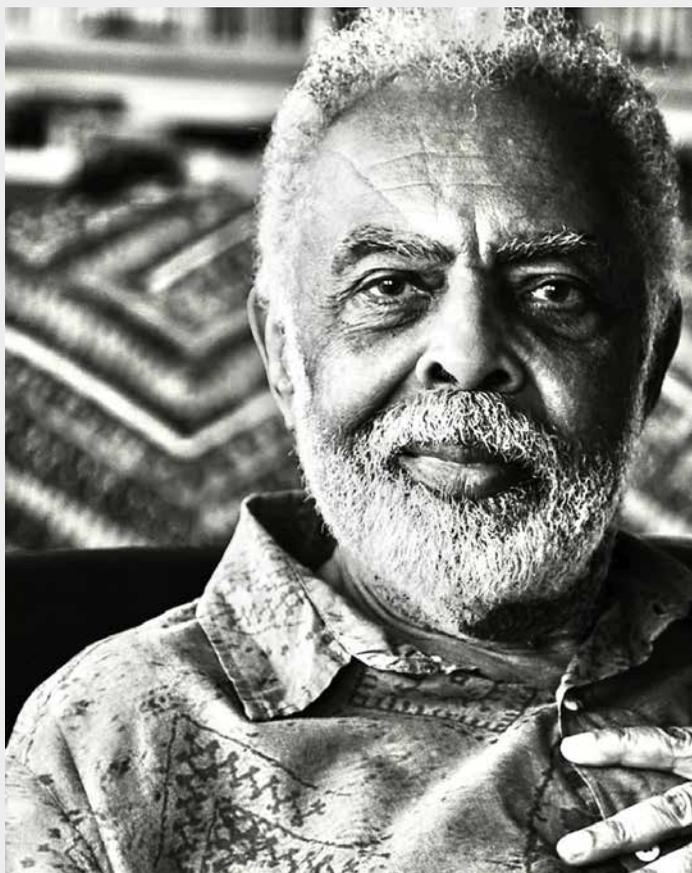


FOTO: DIVULGAÇÃO/FACEBOOK

social inéditas, surgidas neste início de século 21. O equipamento para a luta social, para a luta política, vem se desenvolvendo em alta velocidade, e é preciso aproveitar a simpatia, a acolhida, o bom humor das novas gerações em relação à avalanche das novidades, no comportamento, na linguagem, e no hercúleo trabalho para sua restauração, no dinamismo da nova sociabilidade, nos desafios da nova moralidade, em tudo isso reside

uma certeza de que há novos caminhos a explorar e que a recuperação permanente da expectativa otimista, através de uma militância política atenta e vigilante, é a nossa única esperança.

Por fim, como diz o meu querido Jorge Mautner, não há abismo em que o Brasil caiba.” ■

Racismo policial: entre o protesto e as propostas

PAULO RAMOS

PAULO RAMOS
É SOCIÓLOGO,
COORDENADOR DO
PROJETO RECONEXÃO
PERIFERIAS E AUTOR DO
LIVRO *CONTRARIANDO A
ESTATÍSTICA – GENOCÍDIO,
JUVENTUDE NEGRA E
PARTICIPAÇÃO POLÍTICA*



FOTO: ARQUIVO PESSOAL

Desde que o movimento Black Lives Matter tomou as ruas das principais cidades do mundo para denunciar a morte de George Floyd, em 26 de maio de 2020, em Minneápolis, muita coisa mudou no debate racial no mundo e também no Brasil. Um dos principais pontos é que o entendimento de que não se pode falar de violência policial e de segurança pública sem considerar o passado e o presente de discriminação racial.

Pelo mundo, parece ter havido uma mudança de sensibilidade quanto à importância de combater o racismo, e um novo termo parece ganhar os meios de comunicação e o debate público, o antirracismo. Este termo parece vir para designar duas coisas: a primeira é a ideia de que não basta não ser racista, é preciso ter

uma postura ativa contra o racismo. A outra é que, isso posto, brancos também podem e, no limite, devem agir contra o racismo.

A veiculação desta ideia atraiu novas instituições da mídia, as grandes empresas de comunicação passaram a inserir mais jornalistas e comentaristas em posições-chave, mudança de conselhos

editoriais com mais pessoas negras; organizações de investimento social privado passaram a criar linhas de suporte para projetos na questão racial, entre outros.

Esta sensibilização, que ocorreu de fora para dentro, já existia anteriormente, de dentro para fora, anos atrás, quando do assassinato de Marielle Franco. A morte

da vereadora do Partido Socialismo e Liberdade (Psol) causou revolta e sensibilidade em grande parcela da sociedade brasileira e sua figura ficou internacionalmente conhecida. Ainda sem estar vinculada diretamente à violência policial, ainda que houvesse policiais envolvidos em sua morte, a dimensão da injustiça contra ela cometida contornou seu drama em linhas de classe, raça, gênero e território, e as mulheres negras foram as grandes enunciadoras de sua politização.

Em novembro deste ano, a morte de Alberto Freitas completará um ano, assassinado quando a onda Black Lives Matter não havia passado. Como no Brasil já havia uma rede de mobilização contra a violência policial que se formou há mais de dez anos, houve tempo para que o movimento negro brasileiro se reconfigurasse mediante a necessidade da resposta.

Alberto Freitas não foi morto por uma força oficialmente policial,

mas o modo como sua morte aconteceu revela o quanto esta sociedade está militarizada. Um dos participantes da “operação” de que ele foi vítima era um membro temporário da Brigada Militar do Rio Grande do Sul, e o modo como os agentes o mataram reproduziu as técnicas que levaram à morte George Floyd – policial ajoelhando sobre seu pescoço e produzindo sufocamento. Portanto, não foram apenas as ondas de do BLM que vieram para o Brasil. As técnicas de morte também. No início do mês de novembro, policiais voltaram a aplicar as técnicas de matar negros, desta vez contra uma mulher, no interior de Minas Gerais.

Os ventos de protesto e repressão ventaram por aqui, contudo, pouco ainda se avançou na formulação de como acabar com a violência produzida pela polícia. Trata-se de um problema que todos concordam que existe, mas quando as poucas propostas de

mudança das polícias surgem, costumam-se ouvir avaliações que as tomam como absurdas – como se o absurdo maior não fossem as mortes e a brutalidade.

É preciso transformar urgentemente o sistema judicial que normaliza as mortes produzidas pela polícia, quando absolvem até mesmo policiais que confessaram execuções. Jovens negros levados ao sistema de justiça são considerados suspeitos e não gozam da presunção da inocência, mas de presunção de culpa. É preciso impedir que policiais se aproximem de pessoas negras, pois, via de regra, chegam perto de pessoas negras para produzir violência e insegurança.

Podem ser consideradas ideias absurdas, mas para mudar a realidade é necessário romper com as expectativas de realidade nas quais, curiosamente, normalizamos o absurdo cotidiano de mortes. ■

Mães de Maio acolhem familiares de vítimas do Estado e lutam por justiça

POR ROSE SILVA



MÃES DE MAIO INAUGURAM MEMORIAL DOS CRIMES DE MAIO E DO GENOCÍDIO DEMOCRÁTICO, NO QUILOMBOLA CENTRO CULTURAL JABAQUARA, ROVENA ROSA/AGB

O coletivo Mães de Maio é uma rede de mães, familiares e amigos de vítimas da violência do Estado, formado em São Paulo, sobretudo na capital e na Baixada Santista. Surgiu a partir dos chamados crimes de maio de 2006, quando policiais e grupos paramilitares de extermínio ligados à polícia promoveram o que chamaram de “onda de resposta” aos “ataques do PCC”, como foram rotulados pela imprensa tradicional. O resultado foi o assassinato de centenas de pessoas – que hoje constam entre mortas e desaparecidas, – entre elas mais de 500 jovens negros, afro-indígenas e pobres executados sumariamente.

Desde então, as Mães de Maio desenvolvem uma série de atividades de acolhimento e solidariedade entre fami-

liares e amigos de vítimas do Estado; denunciam casos de violência e a situação de investigações e processos; participam

de debates, seminários, encontros, conferências; e organizam atividades de luta, como protestos, marchas e vigílias.

Débora Maria da Silva, uma das fundadoras do coletivo, perdeu seu filho de 21 anos, Edson Rogério Silva dos Santos, em maio de 2006. Muito antes, em 1981, teve um irmão desaparecido após uma abordagem de uma viatura da polícia. E ainda o pai de seus três filhos morreu há dez anos, em circunstâncias que até hoje deixam dúvidas sobre a real causa da morte. “Ele foi torturado e, quando desmaiou, foi levado ao pronto-socorro pela polícia. Avisaram para minha sogra que ele estava tendo overdose, só que ele não usava drogas, e a autópsia deu traumatismo craniano e fratura exposta no braço direito”, relata. “Mas o meu irmão sumiu no tempo do Esquadrão da Morte, na época da ditadura ainda. Apareciam muitos corpos, era fácil jogar dentro do mar. Tenho certeza, porque ele foi preso e nunca mais apareceu”, lembra ela.

Edson Rogério trabalhava como gari na empresa que prestava serviço à Prefeitura de Santos. No

dia 15 de maio, houve um toque de recolher na cidade. Quando sua mãe, Débora, ligou o rádio na manhã seguinte, ouviu sobre uma matança na sua região e que havia 15 pessoas mortas, entre eles seu filho, que havia parado num posto de gasolina para abastecer a moto na noite anterior, onde estavam duas viaturas da polícia. “Depois a gente descobriu que o meu menino foi abordado e o policial falou pra ele ‘Se morrer é ladrão’.”

Depois da morte de seu filho, Débora passou por uma depressão profunda e chegou a ser hospitalizada, de onde só conseguiu sair movida pelo desejo de lutar por justiça e para descobrir que foi o responsável por isso.

Sobre o coletivo

Na missa de sétimo dia Débora viu Ednalva, mãe de outro menino assassinado pouco antes, no dia das mães, e elas passaram a fazer contato com familiares de outras vítimas com o intuito de se organizarem e exigir que os



MÃES DE MAIO INAUGURAM MEMORIAL DOS CRIMES DE MAIO E DO GENOCÍDIO DEMOCRÁTICO, NO QUILOMBOLA CENTRO CULTURAL JABAQUARA. ROVENA ROSA/AGB

crimes fossem apurados pela justiça. E uma das primeiras ações foi pedir o acesso às câmeras de monitoramento do posto de gasolina para ver o que de fato havia ocorrido e quais policiais abordaram Edson Rogério, o que nunca foi atendido. “Na época nós construímos o Mães de Maio com quatro mães, depois nós fomos atrás das outras”, lembra ela.

Quando completaram 10 anos os crimes de maio, todos os movimentos em defesa dos direitos humanos já conheciam o trabalho das mães e passaram a



PETIÇÃO COBRA A DEVIDA INVESTIGAÇÃO SOBRE O DESAPARECIMENTO DE PAULO ALEXANDRE GOMES, DIEGO AUGUSTO SANT'ANNA, EVERTON PEREIRA DOS SANTOS E RONALDO PROCÓPIO ALVES DURANTE OS CRIMES DE MAIO EM 2006 - FOTO: OLIVIA SOULABA/MÃES DE MAIO

atuar conjuntamente com elas, inclusive para conectar familiares de vítimas de outras chacinas. E assim o coletivo encontrou as mães de Acari e Manguinhos, no Rio de Janeiro. Somaram-se a mães indígenas e pessoas de outros países, como Espanha e Argentina, que lutavam pela

mesma causa, e durante um encontro realizado em 2010, lançaram a carta que deu origem à Rede Nacional de Mães, para pedir que fosse construído em São Paulo o Memorial das vítimas da democracia no Brasil.

Elas conquistaram desde 2012, por meio de leis estaduais, que em São Paulo e no Rio o 12 de maio seja Dia Oficial das Mães de Maio, data que foi incorporada por 645 municípios como dia de luta em memória dos filhos assassinados. Posteriormente, em 2018, foi aprovada em São Paulo a semana estadual das pessoas vítimas de violência do Estado.

O coletivo foi indicado por professoras brasileiras que moram no Brooklyn, em Nova York, para participar de uma oficina junto com o Papo Reto, do Complexo do Alemão, em 2015, e indicado a uma premiação, uma entre tantas outras nacionais e internacionais recebidas depois. E ganhou apoio da universidade de Chicago para montar uma rede global de mães.

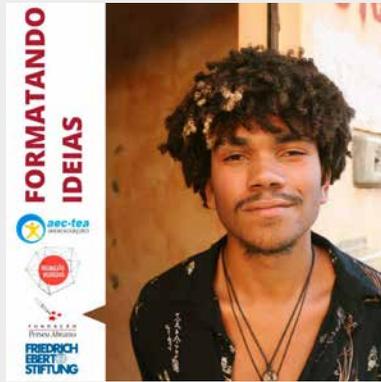
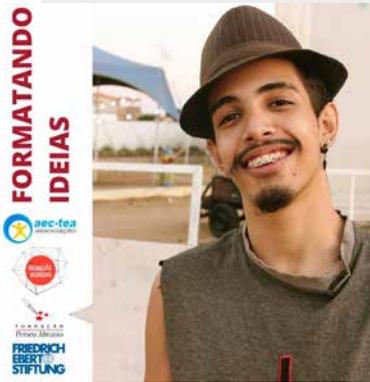
Mais recentemente, passou a desenvolver, a pedido do centro de Antropologia da Unifesp, uma pesquisa sobre as famílias das vítimas dos crimes de maio, da qual Débora participa como pesquisadora do CNPQ. ■



PETIÇÃO COBRA A DEVIDA INVESTIGAÇÃO SOBRE O DESAPARECIMENTO DE PAULO ALEXANDRE GOMES, DIEGO AUGUSTO SANT'ANNA, EVERTON PEREIRA DOS SANTOS E RONALDO PROCÓPIO ALVES DURANTE OS CRIMES DE MAIO EM 2006 - FOTO: OLIVIA SOULABA/MÃES DE MAIO

Chamada Pública Reconexão Periferias

Em 2020 realizamos um edital de Chamada Pública para organizações e coletivos que fazem parte da rede Reconexão Periferias, e 28 entidades foram contempladas. As atividades fruto da Chamada Pública Reconexão Periferias, realizada pela Fundação Perseu Abramo em parceria da Friedrich-Ebert-Stiftung, acontecerão até o final de 2021. Veja alguns materiais de divulgação de atividades realizadas e das que estão por vir.



Luta contra fome e pelo direito à terra, da literatura às periferias rurais e urbanas

Desde o início de 2020 o Reconexão Periferias realiza programas para discutir os temas mais diversos relacionados à periferia e à pandemia e dialogar com organizações, coletivos e movimentos sociais de todo o país.

Durante o mês de outubro e no início de no-

vembro, foram realizados programas com o mesmo tema das últimas edições da Revista Reconexão Periferias: “Saúde mental, pandemia e periferias” e “Educação e poder político para as periferias”. Participaram um ativista e uma vereadora, do bate-papo sobre saúde mental e direitos humanos; e edu-

adoras e estudantes das periferias urbanas e rurais sobre os desafios e perspectivas da educação para as populações periféricas.

Os encontros ocorreram quinzenalmente, sempre às terças-feiras às 17h, horário de Brasília, no canal do [youtube da Fundação Perseu Abramo](#) e na [página do Facebook](#)

Confira as lives do mês de abril e acesse o canal da Fundação Perseu Abramo para assistir:

Dia 05/10: Saúde Mental e Direitos Humanos - com Leonardo Pinho e Filipa Brunelli.

Dia 19/10: Coletivo da Terra: educação para a diversidade - com Leonice Mourad

Dia 02/11: Maternidade e volta às aulas: entre a necessidade e a insegurança - com Hellen Alves, Maria Madalena Moreira e Tainá Pinheiro.



Slam Resistência



POETA: EDILSON BORGES (LOBINHO) FOTOGRAFIA: SÉRGIO SILVA

Voltando aos seus encontros presenciais, toda primeira segunda-feira do mês, na Praça Roosevelt, na escadaria com a Rua Augusta, em São Paulo, o Slam Resistência é um evento literário da cena marginal e independente de escritores e escritoras paulistas que nasceu da sintonia dos protestos, dos movimentos sociais e do enfrentamento político ativo em defesas culturais e sociais, socioambientais e contra truculência do Estado para com os manifestantes.

Redes sociais

Instagram: https://www.instagram.com/slam_resistencia/

Facebook: <https://www.facebook.com/slamresistencia>

YouTube: <https://www.youtube.com/SlamResistencia>

Slam da Guilhermina

Formado em fevereiro de 2012, o coletivo periférico Slam da Guilhermina realiza edições do campeonato de poesia falada regularmente, toda última sexta-feira do mês, na praça anexa da estação Guilhermina-Esperança do metrô. E também circula por outros espaços, bairros, cidades e até países. Trata-se de um torneio onde os poetas recitam suas poesias e são avaliados por um júri popular que aplica notas de 0 a 10. O evento tornou-se uma referência para cidade, pois é o segundo Poetry Slam do Brasil e o primeiro a ser realizado na rua.



FOTOGRAFIA: SÉRGIO SILVA

Redes sociais

Instagram: <https://www.instagram.com/slamdaguilhermina/>

Facebook: <https://www.facebook.com/slamdaguilhermina>

YouTube: <https://www.youtube.com/c/SlamdaGuilhermina>

Igor Muniz



FOTOGRAFIA POR: CHAMEL FLORES

Nascido em Manaus (AM), Seu Igor é um rapper que tem uma trajetória extensa na cena do rap no norte do país e completa vinte anos de caminhada neste ano. Seu Igor lançou o quinto álbum intitulado "Intacto", primeiro da sua carreira a ser prensado em vinil e também o primeiro vinil de rap da região norte do Brasil, que vem sendo distribuído de forma independente. Ele tem um estilo peculiar de fazer o rap clássico com uma "pitada" de rap atual. Suas influências vêm desde o rap dos anos 90 ao blues, brega e soul.

Redes sociais:

Instagram: @seuigormuniz

YouTube: <https://youtube.com/user/igormunizmc>

AGENDA DE NOVEMBRO DE 2021

Tendo em vista a necessidade de permanecer em casa devido à pandemia mundial de Covid-19, a agenda deste mês será destinada à divulgação de programações online:



Programa Quinzenal Reconexão

Periferias Terça- feira, às 17h (horário de Brasília). No canal da Fundação Perseu Abramo: www.youtube.com/FundacaoPerseuAbramo

Espectáculos das Drags e de duas Danças Espectáculo Arché

Data: entre 05/11/2021 e 20/11/2021 (sexta e sábado) às 21h

Indicação : 14 anos

Local: Teatro Municipal de Santana Alfredo Mesquita - TAM - Teatros - São Paulo (SP). Retirada de ingresso gratuito uma hora antes

Espectáculo O Tribunal de Rosas dos Ventos

Data: entre 06/11/2021 e 28/11/2021 (sábado e domingo) às 16h

Teatro Infantil

Local: Teatro Municipal de Santana Alfredo Mesquita - TAM - Teatros - São Paulo (SP). Retirada de ingresso gratuito uma hora antes

Espectáculo Drags de Novo no Alfredo – Coachs

Data: entre 07/11/2021 e 28/11/2021 (domingo) às 19h - Livre

Local: Teatro Municipal de Santana Alfredo Mesquita - TAM - Teatros - São Paulo, SP. Retirada de ingresso gratuito uma hora antes

Espectáculo AJEUM

Data: 17/11/2021 às 21h - Livre

Local: Teatro Municipal de Santana Alfredo Mesquita - TAM - Teatros - São Paulo (SP). Retirada de ingresso gratuito uma hora antes

Espectáculo Moscas de Fogo

Data: 26/11/2021 e 27/11/2021 às 21h - Livre

Local: Teatro Municipal de Santana Alfredo Mesquita - TAM - Teatros - São Paulo (SP). Retirada de ingresso gratuito uma hora antes.

Inscrições para a Afroeducativa - Formações pedagógicas

O ciclo tem como objetivo avançar nos estudos decoloniais, pensando a partir das matrizes afrocêntrica e ameríndia, em uma nova perspectiva de formação para um currículo educacional mais equânime e diverso.

Even 3 - <https://www.even3.com.br/afroeducativaemf/>

Data: 22 de outubro a 21 de novembro - Valor: R\$ 60,00

Mais informações: Telefone: (71)

35063731 Email: escolinhamariafelipa

Instagram: [@escolinhamariafelipa](https://www.instagram.com/escolinhamariafelipa)

Programa Voz da Mulher

produzido pela Associação Mulheres na Comunicação - Rádio Web Mulheres na Comunicação

<https://www.mulheresnacomunicacao.com/>

Aos sábados, às 8h, retransmitido de segunda a sexta-feira: 6h, 13h, 19h e 23h

O programa está disponível no Spotify, Google Podcasts, Apple Podcasts e Anchor, no canal "Mulheres na Comunicação"

Ensaio aberto do espetáculo A Dança dos Orixás

Data: 18/11/2021 às 19:00

Local: Bibliotheca Pública Pelotense - Praça Cel. Pedro Osório, 103 - Centro, Pelotas (RS). Realização: Museu Percurso Negro, Bibliotheca Pública Pelotense, Sopapo Poético, Escola Academia do Samba, Amukab Banda União Democrata, Clube Cultural Fica Ahí, Grupo Lenço de Seda, Projeto Carro Som, Programa Filhos da Umbanda e Cia. de Dança Afro Daniel Amaro

Espectáculo A Reminiscência dos Tambores do Corpo...

Comemoração aos 20 anos do Museu Atelier Hamilton Coelho e 50 anos do 20 de novembro no Brasil, Dia da Consciência Negra.

Data: 20/11/2021 às 20h

Local: Instituto Balleana Australis na Barra do Chuí - Avenida Uruguai, 2001- Barra do Chuí Entrada Gratuita Parceiros: Pousada Moradas do Jaú e Cia. de Dança Afro Daniel Amaro

Realização: Instituto Balleana Australis e Atelira Hamilton Coelho.

0800 Experimentos de Cinema Negro.

Mostra de experimentos e reflexões sobre o cinema negro, um espaço onde o Coletivo Coisa de Preto vem construindo e reafirmando a sua linguagem e identidade de cinema negro.

Episódios disponíveis [aqui](#)

Slam Guilhermina

Data: 26/11/2021 às 19h30

Local: Praça anexa à Estação Guilhermina Esperança - São Paulo, SP

Projeto Crochetando Empoderando

com aulas de Muay Thai e defesa pessoal, brincadeiras infantis, conversas sobre crochê, saúde feminina e muito mais. Data: todos os domingos, das 15h às 18h. Local: Bairro Novo, no espaço do Serrana Esporte Clube - Serra Grande (BA)

Revista "Dia de Feira

feirantes negras da agricultura familiar de base agroecológica e a pandemia de covid-19"

Conta a experiência de duas mulheres negras agricultoras do sertão central cearense durante a pandemia de Covid-19 e reflete sobre segurança alimentar, cultura, gênero e raça na perspectiva agroecológica.

Disponível em: <https://www.ressonanciapreta.com.br/diadefeira>

Livro Um Olhar Preciso

A publicação é fruto de um processo formativo da Iniciativa Negra por Uma Nova Política sobre Drogas e apresenta o olhar necessário da primeira organização negra a propor a centralidade da questão racial na política de drogas - Publicação contemplada pela Chamada Pública do Projeto Reconexão Periferias, da Fundação Perseu Abramo em parceria da Friedrich-Ebert
Disponível [aqui](#)

Primeiros dois episódios da série de vídeos do projeto Formatando Ideias

da Aec-Tea Associação - essa ação foi contemplada pela Chamada Pública do Projeto Reconexão Periferias, da Fundação Perseu Abramo em parceria da Friedrich-Ebert
Disponível [aqui](#)

V Diálogos Quilombolas da Comunidade Vila Huaxinim IV Diálogos de Povos e Comunidades Tradicionais do Município de Cruz das Almas - 2021

Evento com feira de agricultura familiar; roda de capoeira; diálogos; inauguração da biblioteca comunitária; shows e muito mais
Data: 25/11/2021 e 26/11/2021 a partir das 8h. Local: Associação Quilombola Vila Guaxinim - Comunidade Quilombola Vila Guaxinim, s/n, - Bairro UFRB - Cruz das Almas, BA

Oficinas que serão oferecidas pelo Grupo Rosas Periféricas

as inscrições estão abertas. Os interessados devem acompanhar as informações pelas redes sociais do Grupo Rosas Periféricas.

Oficina: Construção de Rima

Ministrante: Fanieh
06/10 a 24/11. Quartas, às 19h

Oficina: Oficina de Passinho

Ministrante: Pablinho IDD
07/10 a 25/11. Quintas, às 19h

Oficina: História do Funk

Ministrante: Renata Prado
08/10 a 26/11. Sexta, às 19h

Edital	Foco	Prazo	Link
Chamada Pública: Reintegrar com equidade de raça e gênero para egressos do sistema carcerário	Tem o objetivo de apoiar e fortalecer projetos em desenvolvimento ou projetos novos que busquem a integração ao mercado de trabalho de pessoas que cumpriram pena no sistema carcerário brasileiro, assim como reconhecer estudos realizados acerca da temática, a partir de perspectiva que considere equidade racial e de gênero.	Até 26/11	https://editalegresso.ceert.org.br/login
Edital Furnas para Destinação de Recursos para Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente - Edição 2021	Propostas que apoiem ações, serviços, programas ou projetos que contribuam para o fortalecimento dos direitos das crianças e dos adolescentes, em conformidade com a Lei nº 8.069. Furnas destinará, de acordo com a legislação, recursos financeiros incentivados para os Fundos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente geridos pelos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente situados nas áreas de atuação da Companhia, nos Estados de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso.	Até 18/11	https://prosas.com.br/editais/10057-edital-furnas-para-destinacao-de-recursos-para-fundos-dos-direitos-da-crianca-e-do-adolescente-edicao-2021
Elgin Incentiva - Leis de Incentivo de IR	As iniciativas apoiadas devem ser exclusivamente executadas por pessoas jurídicas, sem fins lucrativos, que estejam regularmente constituídas e legalizadas, com projetos aprovados nas Leis de incentivos de IR, que beneficiem crianças e adolescentes, combate ao câncer e devem ser implantados nas localidades onde ela possua unidades, ou seja, São Paulo, Mogi das Cruzes SP, ou Manaus AM, onde seja possível trabalhar em conjunto com ações de voluntariado através do envolvimento de seus funcionários.	Até 26/11	https://prosas.com.br/editais/10011-elgin-incentiva-leis-de-incentivo-de-ir

OPORTUNIDADES

<p>Elas Avançam: Ambientes Prósperos para o Protagonismo Feminino</p>	<p>Projetos aprovados na Lei de Incentivo ao Esporte e nos Fundos do Idoso e para a Infância e Adolescência, que fomentem o empoderamento feminino e que contribuam, de forma direta e/ou indireta, para a construção de um ambiente fértil para o seu protagonismo.</p>	<p>Inscrições contínuas</p>	<p>https://prosas.com.br/editais/9048-elas-avancam-ambientes-prosperos-para-o-protagonismo-feminino#!#-tab_vermais_descricao</p>
<p>Microprojetos Indígenas</p>	<p>O edital visa apoiar iniciativas locais individuais ou familiares que tenham como propósito complementar atividades produtivas tradicionais, combinadas com a conservação ambiental e os meios de vida das comunidades.</p>	<p>Inscrições contínuas</p>	<p>https://prosas.com.br/editais/8659-segunda-chamada-socioeducativas-influxo-tema-carta-da-terra-em-acao</p>
<p>Convocatória Portfólio em Resumo #3</p>	<p>Estão abertas as inscrições para a terceira edição da Convocatória Portfólio em Resumo, com objetivo de selecionar ensaios e portfólios que serão publicados no site Resumo Fotográfico. Em consonância com o momento que vivemos atualmente, esta edição da convocatória abordará a temática Reflexos da Pandemia. A participação é aberta a fotógrafos profissionais e amadores.</p>	<p>Inscrições contínuas</p>	<p>https://ispn.org.br/ispn-lanca-editais-de-microprojetos-e-de-bolsas-para-estudantes-indigenas-universitarios/</p>
<p>Banco de Ideias Semente</p>	<p>Se propõe a conectar os Promotores de Justiça do estado de Minas Gerais com projetos socioambientais que precisam de investimento. Podem se cadastrar no Semente projetos de iniciativa pública, privada ou do terceiro setor, que atuem no estado de Minas Gerais.</p>	<p>Inscrições contínuas</p>	<p>http://site.sementemg.org/</p>

<p>Google Brasil</p>	<p>O Google Brasil está recebendo inscrições para seu programa “Google para organizações sem fins lucrativos”, que oferece ferramentas gratuitas de comunicação na web, visando aumentar a visibilidade e potencializar o impacto do trabalho das entidades.</p>	<p>Inscrições contínuas</p>	<p>https://capta.org.br/opportunidades/google-brasil/</p>
<p>Fundação John Deere - Banco de Projetos</p>	<p>O edital da Fundação John Deere busca apoiar projetos sociais com investimento privado e incentivado que estejam alinhadas à Política de Doações e Patrocínios da John Deere, que possui três pilares de atuação: combate à fome, desenvolvimento comunitário e educação.</p>	<p>Inscrições contínuas</p>	<p>br/editais/9250-fundacao-john-deere-banco-de-projetos</p>
<p>Elas Avançam: Ambientes Prósperos para o Protagonismo Feminino</p>	<p>A partir do dia 1 de julho o Instituto Lojas Renner S.A. recebe, de forma contínua e ao longo de todo o ano, projetos aprovados na Lei de Incentivo ao Esporte e nos Fundos do Idoso e para a Infância e Adolescência, que fomentem o empoderamento feminino e que contribuam, de forma direta e/ou indireta, para a construção de um ambiente fértil para o seu protagonismo.</p>	<p>Inscrições contínuas</p>	<p>https://prosas.com.br/editais/9048-elas-avancam-ambientes-prosperos-para-o-protagonismo-feminino</p>